



Documentação

Igrejas e ministério

Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil

Em 2001, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), realizou um seminário sobre *Igrejas e ministério*, do qual resultou o documento *Igrejas e ministério*, tratando dos desafios que as suas igrejas-membro têm de buscar convergências sobre o ministério ordenado. Este ministério é situado na Igreja compreendida como comunidade de carismas e ministérios, Igreja povo de Deus. Isso requer, de um lado, a superação de todo clericalismo e, de outro, que o ministério ordenado seja vivido como serviço à unidade da Igreja. Daí a importância e necessidade de as igrejas dialogarem sobre a natureza e missão dos ministérios eclesiais.

Julgamos importante oferecer novamente esse documento a leitoras(es) da *Caminhos de Diálogo*, retomando as discussões sobre a ministerialidade da Igreja e, nesse contexto, os ministérios ordenados. O que se busca é que esse ministério, em todas as igrejas, seja vivido “para edificar o corpo de Cristo, até que cheguemos todos juntos à unidade na fé e no conhecimento do Filho de Deus, ao estado de adultos, à estatura de Cristo em sua plenitude” (Ef 4,12-13). Abaixo, o documento.

1. Nós, representantes das igrejas-membro do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, reunidos pelo Espírito Santo no seminário *Igrejas e ministério*, com enfoque no ministério ordenado, animados por uma cordial fraternidade, rendemos graças ao Pai pelos frutos de encontro interpessoal, diálogo teológico e crescimento na comunhão que o Senhor ardentemente deseja para a sua Igreja (cf. Jo 17,21), queremos compartilhar com as(os) irmãs(ãos) os resultados alcançados.

Alegramo-nos por constatar que nossas igrejas vêm redescobrando a centralidade do Reino de Deus para seu ser, estrutura e missão: “proclamai que o reinado dos céus se aproximou” (Mt 10,7). No serviço ao Reino, com efeito, a Igreja encontra sua vocação originária, sua identidade profunda, sua razão de ser.

Superando todo clericalismo, entendemos a Igreja como a congregação de todas(os) as(os) fiéis, que, por graça e fé, formam o uno e universal povo de Deus, corpo de Cristo e templo do Espírito Santo. Na verdade, “há um só corpo e um só Espírito, do mesmo modo que a vossa

vocação vos chamou a uma só esperança; um só Senhor, uma só fé, um só batismo; um só Deus e Pai de todos, que reina sobre todos, age por meio de todos e permanece em todos” (Ef 4,4-6).

Para sua vida e missão confessamos que a Igreja é dotada de uma pluralidade de carismas, serviços e ministérios: “há diversidade de dons da graça, mas o Espírito é o mesmo; diversidade de ministérios, mas é o mesmo Senhor; diversos modos de ação, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos” (1Cor 12,4-6; cf. Ef 4,7; 1Pe 4,7). Além disso, confessamos que não só algumas pessoas, mas todas são portadoras da missão divina e de algum dom particular para utilidade comum: “a cada um é dado o dom de manifestar o Espírito em vista do bem de todos” (1Cor 12,7).

Entre estes carismas e ministérios, situa-se o ministério ordenado, que, não obstante as diferenças de organização, figuras e nomes nas várias tradições, constitui, dentro da multiplicidade dos dons, “um foco de sua unidade” (*Batismo, eucaristia e ministério*, seção *Ministério*, § 8), e responde pela função de “congregar e construir o corpo de Cristo, pela proclamação e ensino da Palavra de Deus, pela celebração dos sacramentos e pela direção da vida da comunidade na sua liturgia, missão e diaconia” (*Batismo, eucaristia e ministério*, seção *Ministério*, § 13).

2. Verificamos com alegria que as igrejas-membro do CONIC convergem nos seguintes pontos: admitem o sacerdócio de todas(os) as(os) fiéis (cf. 1Pe 2,5-9); entendem o ministério de Cristo confiado à Igreja como responsabilidade solidária de todas(os) as(os) fiéis; reconhecem a necessidade de um ministério ordenado para edificação do corpo de Cristo (Ef 4,11-12); compreendem que os ministérios surgem pelo dom do Espírito Santo e mediação da comunidade; julgam indispensáveis para a ordenação a imposição das mãos e a invocação do Espírito Santo; possuem, na riqueza das diversas formas, um ministério de administração/supervisão (*episkope*) para exprimir e salvaguardar a unidade do corpo; entendem estar na tradição apostólica; consideram fundamental a refontalização bíblica para o avanço do mútuo reconhecimento do ministério.

3. No entanto, constatamos que ainda persistem diferenças – algumas das quais constituem dificuldades – para o mútuo reconhecimento do ministério ordenado entre as igrejas; tais como: todas as igrejas se reconhecem na tradição apostólica, algumas mantêm a sucessão histórica, outras não; algumas igrejas reconhecem a ordenação como sacramento, outras não; há igrejas que ordenam somente homens, outras, homens e mulheres; há divergências quanto ao número e ao caráter das ordens ministeriais; quanto à presidência da eucaristia, o ministério ordenado é condição imprescindível para algumas igrejas, enquanto para outras a comunidade é o sujeito celebrante, que incumbe alguém para presidir; algumas tradições têm a exigência do celibato como condição para a ordenação presbiteral, outras não; o ministério ordenado em algumas tradições é vitalício e em outras, temporário; a participação da comunidade na escolha dos seus ministros varia; não há consenso sobre como o ministro ordenado representa ora Cristo para a

Igreja (*in persona Christi*) ora a Igreja (*in persona Ecclesiae*); há diferentes entendimentos quanta à função de presbíteros, bispos e/ou pastores e diáconos.

4. A partir das constatações acima, tanto nos pontos de convergência quanto nas diferenças e dificuldades, queremos avançar rumo ao mútuo reconhecimento do ministério. Por isso, apresentamos as seguintes sugestões: que as igrejas, em nível local e regional em cooperação com as representações regionais do CONIC, ampliem ecumenicamente o debate sobre ministério, tendo em vista o conhecimento e a autocompreensão das suas práticas ministeriais; que o estudo do *Batismo, eucaristia e ministério* seja relançado em nossas igrejas e entre as igrejas; que prossigam o aprofundamento e o diálogo teológico sobre temas relacionados com a teologia e a prática dos ministérios na tradição cristã: ministério feminino, ministérios no Novo Testamento, na patrística e nas épocas sucessivas, sucessão apostólica, ministério e sacerdócio, ministério e carisma, ministério e laicato, ministério petrino, ministério e sacramento etc.; que se reforce a dimensão social do ministério, estabelecendo parcerias ecumênicas; que frutifiquem em nossas igrejas os resultados já alcançados nos acordos ecumênicos bilaterais e multilaterais, visando à discussão sobre o mútuo reconhecimento do ministério ordenado; que se aprofunde o estudo da terminologia empregada nas igrejas, visando a esclarecer a equivalência dos títulos utilizados para o ministério e suas respectivas funções pastorais, administrativas e litúrgicas.

5. Por último, não devemos esquecer que em toda essa caminhada somos assistidos pelo Espírito Santo a fim de que estejamos em condições de “*cumprir o ministério para edificar o corpo de Cristo, até que cheguemos todos juntos à unidade na fé e no conhecimento do Filho de Deus, ao estado de adultos, à estatura de Cristo em sua plenitude*” (Ef 4,12-13).

Brasília, 14 a 17 de outubro de 2001. ✠